SINTRAJUD
nossa luta faz acontecer
FENAJUFE

Jornal do Judiciário

Coordenação Nacional de Lutas Conlutas
Filiado à Conlutas

Segunda-feira, 7 de fevereiro de 2010 - Número 370 - 13.000 exemplares - Órgão Oficial do Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário - www.sintrajud.org.br - (11) 3222.5833

REVISÃO SALARIAL

Deputado protocola pedido de urgência urgentíssima para votação do PCS

O pedido foi protocolado pelo deputado Rodrigo Rollemberg (PSB/DF), com 300 assinaturas, categoria tem que se manter mobilizada

Os projetos de revisão salarial dos servidores do Judiciário Federal e MPU já superaram mais uma etapa dos trâmites para sua votação na Câmara dos Deputados. Após receber o diretor do Sintrajud e da Fenajufe Antonio Melquides, o Melqui, e a diretora da Fenajufe Lúcia Bernardes, no último dia 02/02, o deputado Rodrigo Rollemberg, líder do PSB na Câmara, pediu regime de urgência urgentíssima para os projetos dos servidores por meio de requerimento encaminhado à Mesa Diretora.

Os pedidos foram protocolados, com cerca de 300 assinaturas. A partir de agora, segundo Melqui, os sindicatos e a categoria precisam ficar atentos aos prazos e ao ritmo da tramitação das propostas. "O tempo é nossa maior preocupação e vamos precisar de muita mobilização para aprovar os projetos", afirma.

Segundo Rollemberg, os projetos poderão ser votadas em plenário num prazo de 30 a 60 dias após o Carnaval. Para o deputado brasiliense, que fará pronunciamento no plenário sobre os projetos, este é o momento ideal para a Fenajufe e sindicatos fazerem gestões, como as que estão ocorrendo ao longo dos últimos 30 dias, tanto no Congresso quanto no Governo, para a aprovação da revisão salarial.

Melqui destaca ainda que a pressão em Brasília começou em dezembro do ano passado, quando o diretor do Sintrajud procurou Rollemberg para solicitar apoio na luta contra o PL 611, que congela o salário dos servidores. Desde esse período, Melqui tem entrado em contato com o parlamentar. "Mesmo durante o recesso não paramos de ligar para os deputados em busca de apoio ao nosso projeto, na semana passada tivemos audiência com Rollemberg e ele garantiu empenho em acelerar a tramitação do processo", ressaltou.



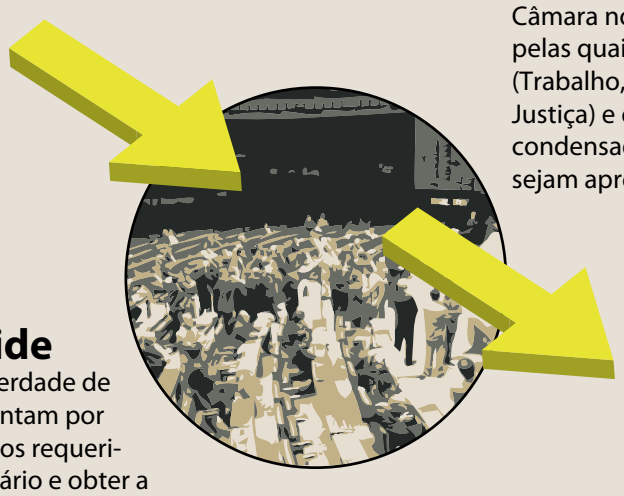
Melqui e Lúcia Bernardes são recebidos pelo deputado Rollemberg

Veja como é feita a tramitação

Entenda como se dará o funcionamento do processo

1. Obtenção da urgência

A primeira etapa pela obtenção da urgência foi alcançada com as cerca de 300 assinaturas que acompanham os requerimentos, cujos números são 6.126, para o PL 6697, do MPU, e 6.127, para o PL 6613, do Judiciário Federal.

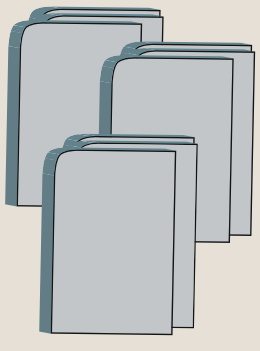


2. Plenário decide

Essas assinaturas são na verdade de líderes partidários, que contam por toda sua bancada. Agora, os requerimentos precisam ir a plenário e obter a maioria simples dos votos para que passem a vigorar.

3. Urgentíssimo

Com a urgência urgentíssima aprovada, a tramitação dos PLs dará um salto: o presidente da Câmara nomeia os relatores das três comissões pelas quais os projetos terão que passar (Trabalho, Finanças e Tributação e Constituição e Justiça) e estes preparam seus relatórios, depois condensados num documento único, para que sejam apresentados no plenário da Casa.





4. Os votos

É no plenário que os pareceres são votados para que o projeto, caso aprovado, seja encaminhado ao Senado. Não será a primeira vez que os projetos de revisão dos PCS's do Judiciário e do MPU ganham regime de urgência. Mas pode ser a primeira em que isso ocorre logo no início da tramitação das propostas.

Fórum Social Mundial Pág 4

Solidariedade de classe ao Haiti



Definida data do Congresso de Unificação da Conlutas, Intersindical e outras entidades



Entrevista Pág 3

Veja entrevista com o jurista Hélio Bicudo



Opinião do Sintrajud

São Paulo, a cidade do caos!

Os servidores que conhecem a sede do Sintrajud, no Centro da capital, também conhecem as ruas do entorno. No meio da tarde, recorrentemente, enquanto o sol arde, sobe das ruas o forte odor de esgoto e leite azedo. É o cheiro de uma cidade abandonada.

No Largo Paysandu, que fica a poucos metros, se concentram muitos moradores de rua, em maior quantidade a cada dia. Este é resultado da política de exclusão do prefeito, Gilberto Kassab (DEM), ter fechado alguns albergues da cidade, jogando na rua homens, mulheres e crianças para sobreviverem em meio ao lixo.

O caos que toma conta da cidade, quando chove, faz com que a população se sinta abandonada

O mesmo lixo que bóia nas enchentes quando chove. E neste janeiro, até o dia 25, a cidade não ficou dois dias sem chuvas e enchentes. Centenas de pontos alagados e bairros submersos por mais de 40 dias. Se todos sofrem com as chuvas, os mais pobres sofrem mais.

O pior é que enquanto sofríamos com os 111 quilômetros de congestionamentos e bairros inteiros alagados, o nosso prefeito disse: "A população que fique tranquila. Os recursos têm sido usados da melhor maneira possível, e vai continuar assim".

Foi uma fala que representa a gestão Kassab (não diferente das anteriores – José Serra, Marta Suplicy, Paulo Maluf), com aumento da arrecadação e o corte de recursos para áreas fundamentais, como a limpeza pública.

O IPTU dos imóveis residenciais subiu 30% e dos comerciais 40%, o reajuste engordará os cofres da prefeitura em R$ 644 milhões, neste ano. A taxa de inspeção veicular (de R$ 52,70) subirá 7% e deixará de ser reembolsada. Mais R$ 300 milhões para o caixa da prefeitura. Além disso, a passagem de ônibus aumentou 17,4%, prejudicando outra vez os que mais precisam.

Por outro lado, em agosto de 2009, Kassab cortou 20% (R$ 54 milhões) dos recursos da varrição de ruas e 10% da coleta de lixo. Em setembro anunciou a redução das refeições (de cinco para quatro) nas 611 creches da prefeitura. Em ambos os casos, pelas críticas recebidas, ele voltou atrás, entretanto, recentemente cortou as verbas das refeições de crianças carentes.

Está claro que o caos nasce da "ausência" do Estado, nas esferas municipal, estadual e federal. Entretanto, esta ausência é relativa porque o Estado está presente quando decide reprimir a população que queima pneus exigindo que seu bairro tenha saneamento e água potável. E é um Estado sempre presente quando os interesses de banqueiros, empresários e fazendeiros estão em jogo.

O caos que toma conta da cidade, quando chove, faz com que a população se sinta abandonada, e há tempos tem sido assim. Quando chove, os aspectos de uma metrópole abandonada tomam conta de nossas vidas. É preciso dar um fim a essas tragédias. Os governos precisam usar o dinheiro que arrecadam para investir em áreas sociais. É preciso garantir vida digna a toda a população.

IMAGEM SÉRGIO NEVES/ AG. ESTADO



Enchente e descaso: população sofre no Metrô Sé

Idéias

Um espaço para a livre expressão de opinião

Os artigos não refletem necessariamente a opinião da diretoria do Sintrajud

CNJ desnuda o judiciário

Marcos Smidt

Criou-se o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) com a intenção e finalidade de corrigir distorções administrativas e desvios de condutas de servidores e magistrados, além de acompanhar as projeções e as despesas dos tribunais do país.

Até aí nada de errado, ao contrário.

Entretanto, a punição dada pelo CNJ é a análise comparativa entre os tribunais com seus diferentes orçamentos e diferentes despesas.

No caso do TJDFT (Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios), o CNJ fez comparações absurdas, como a de que este tribunal goza de uma situação funcional e orçamentária bastante avantajada em relação à maioria dos tribunais, o que não é verdade. A leitura que o CNJ fez em relação ao TJDFT justificaria uma futura redução dos seus recursos.

Deve-se ter tirocínio antes de se fazer críticas. Sabemos que para fazer as correções nos tribunais, que são muitas, deve-se analisar e planejar a realidade de cada TJ e provê-los com os recursos necessários, e não sair apontando que um tribunal tem mais recursos financeiros do que o outro e que tem baixa produtividade.

É preciso se ter o cuidado para não constranger os tribunais, ao sair fazendo ataques, quando identificados os problemas. Desta feita não traz a solução, mas apenas o desconforto entre os tribunais dentro da federação. O fato de o CNJ divulgar as distorções de funcionalidade e de gastos pode levar os tribunais a se "engalfinharem", disputando maiores volumes de recursos, como os do TJ/SP, por ser este o maior do país.

Estranha-se a euforia do Conselho Nacional de Justiça, ao divulgar suas inspeções, como se fosse um auditor do Tribunal de Contas da União. Há que se ter cautela, bom senso e discernimento.

Tal trabalho realizado pelo CNJ é sem dúvida muito importante, porém, não se pode sair por aí "punindo" um tribunal negando-lhe, por exemplo, um projeto de lei que o amplie, contra-atacando que este tem baixa produtividade.

O CNJ há de corrigir o seu modo operandis ao identificar os problemas e apontar soluções. Porém, deve cuidar para não constranger os tribunais com críticas e parâmetros de "meia" verdade, ou meias verdades. Ainda que imperfeita, entretanto, a inspeção merece o reconhecimento pelo esforço em identificar os problemas.

Esperamos que o Conselho disponha de uma melhor análise sobre o funcionamento dos tribunais em suas diferentes regiões e diferentes realidades, bem como adentre em cada organização, onde com certeza encontrará muito mais coisas para serem corrigidas.

Esta é a análise que faço deste inédito trabalho realizado pelo CNJ que, com certeza, abre a consciência para aprimorar as diversas frentes de trabalho no judiciário, que nunca fora inspecionado até então.

Marcos Smidt é servidor do TJDFT

IDÉIAS - textos para esta seção devem ser enviados por email para *imprensa@sintrajud.org.br,* contendo no máximo 2.000 toques. Textos com excesso de caracteres serão reduzidos a critério da edição.



Frases

De Hoje:

"Meses depois de sair da prisão, soube que o meu filho tinha sido vítima de choques elétricos e outras sevícias, foi jogado no chão e bateu a cabeça",

Dermi Azevedo, sobre a tortura que seu filho, Carlos Alexandre, então com 1 ano e 8 meses, sofreu quando a casa da família foi invadida pelo Departamento Estadual de Ordem Política e Social (Deops), em 1974. Nem o bebê foi poupado pelos agentes de repressão.

"Nós podemos fazer muito melhor no próprio sistema prisional se pudermos pegar os reclusos, por exemplo, os 20 mil reclusos que são imigrantes ilegais, e levá-los para o México",

Schwarzenegger, governador da Califórnia, defendendo "exportar" os presos para solucionar a lotação dos presídios.

"No seguimento dos trágicos eventos no Haiti, um número de empresas-membro da AIOP está disponível e preparada para fornecer uma variedade de serviços de emergência às vítimas do terremoto",

frase no sítio da **Associação Internacional de Operações de Paz** (AIOP), que está pronta para lucrar com a tragédia. A Blackwater, uma das empresas de segurança armada associada, lucrou cerca de US$ 70 milhões em contratos com o Departamento de Segurança Nacional na ocasião do Furacão Katrina, em Nova Orleans.

De Ontem:

"Suportando uma injustiça antiga, provocas uma nova."

Publílio Siro, escritor latino da Roma Antiga

Econômico

Orçamento da JT aumenta R$ 1, 044 bilhão em 2010

Cerca de 60% do valor é para passivos. Para economista, categoria terá que cobrar equidade entre servidores e magistrados na divisão do pagamento

A verba destinada às despesas de pessoal e encargos sociais para a Justiça do Trabalho cresceu em relação a 2009. O orçamento de 2010, publicado no Diário Oficial da União, no dia 27, mostra que foram autorizados R$ 10,6 bilhões para todos os órgãos da JT do país. Até o dia 31 de dezembro do ano passado foram pagos um pouco mais de R$ 9,5 bilhões, o que significa um aumento na dotação de pessoal de R$ 1,044 bilhão para este ano.

De acordo com o economista do Sintrajud, Washington Lima, o orçamento ainda poderá se elevar durante o ano com a vinda de créditos suplementares, como ocorreu nos últimos anos. Mas, como alerta a diretora do Sindicato, Leica Silva, esse aumento no orçamento não tem relação direta com o reajuste dos servidores. O reajuste só virá com a luta pela aprovação do PL 6.613, do PCS-4.

Leica destaca, ainda, que no ano passado aumentou o número de cargos no TRT-2, por exemplo, e ainda há o PL 3.885/08 que cria 600 cargos de analista e 280 de técnico em São Paulo, que poderá consumir parte do aumento. Para novos cargos são destinados cerca de R$ 246 milhões.

Além do aumento, foram acrescentados no Orçamento três outros projetos/atividades referentes a pagamentos de passivos para ativos, aposentados e pensionistas e a contribuição da União para a previdência dos servidores. Só para pagamentos de passivos são destinados R$ 637,2 milhões.

No entanto, o economista ressalta que não há divisão entre o que será gasto para os magistrados e para os servidores e nos últimos anos na JT, em nível nacional, os pagamentos de passivos foram quase que exclusivos para juízes. "É necessária a pressão da categoria judiciária, para que haja uma maior equidade, transparência e democracia na divisão do orçamento destinado para o pagamento desses retroativos", diz.



Jesus Carlos

Assembleia em dezembro de 2009, durante a greve: reajuste depende da mobilização da categoria

Jurídico

Sintrajud requer revisão de salários dos servidores desde 1995

Benefício será para filiados ao Sindicato. Ainda é possível o ingresso de novos associados na ação

O Sindicato impetrou mandado de injunção para cobrar a revisão geral anual das remunerações acumulada desde janeiro de 1995, última vez que houve reajuste, contrariando o artigo 37, da Constituição. O Sindicato solicita os reajustes passados e a aplicação das revisões gerais anuais futuras. Para mais informações, procure o departamento Jurídico do Sintrajud.

Entrevista

"Se você não descentralizar a Justiça ela vai continuar do mesmo jeito"

Sintrajud entrevista o jurista e ativista pelos direitos humanos Hélio Bicudo, que em 1992,então deputado federal,propôs a criação de órgão que fiscalizasse o Poder Judiciário.

Hélio Bicudo tem 88 anos muitos dedicados ao mundo jurídico e ao ativismo pelos direitos humanos. Quando promotor, durante a ditadura militar (1964-1985) se destacou na luta contra o Esquadrão da Morte. Foi vice-prefeito de São Paulo de Marta Suplicy (2000-2004), entretanto, quase não participou da gestão petista.

Em 1992, quando foi deputado federal pelo PT, propôs a criação de um órgão que fiscalizasse o Poder Judiciário. Após anos de tramitação e muitas alterações, em dezembro de 2004, o Presidente Lula sancionou a lei que criou o Conselho Nacional de Justiça.

Hoje, segundo o jurista, o CNJ tem imposto o gerenciamento numérico da Justiça afetando a vida de milhares de servidores. Leia a seguir trechos da entrevista

•

"Como o senhor avalia a atuação do CNJ?"

Hélio Bicudo — Nunca fui a favor de um órgão estruturado dentro do poder Judiciário para fazer correição. Isso poderia ser feito a partir mediante a atuação dos advogados e do Ministério Público. Mas eu tinha em mente uma descontração do Judiciário.

O órgão que se construiu não descentraliza a Justiça. Além de ser um órgão administrativo e não ter o poder do Poder Judiciário.

Nem com a instituição da Meta 2 e da Semana da Conciliação o senhor não vê...

HB – Eu não sei se o que se faz no mutirão é melhor do que esperar. Porque é uma Justiça feita no atropelo. É uma Justiça que pode contentar quem espera por uma decisão há 15 anos, mas não contempla os desejos das partes em obter Justiça com letra grande.

Com o mutirão você não entra no âmago da questão, que é aproximar o juiz da parte. E se você não aproxima o juiz da parte, se você não descentralizar a Justiça ela vai continuar do mesmo jeito.

Como o senhor vê a indicação de Antonio Dias Toffoli, para o STF?

HB – Ele não tem os requisitos constitucionais para ser ministro do Supremo. O Presidente indica. Se o Senado funcionasse, parava lá. Mesmo que não funcionasse, depois da nomeação pelo Presidente da República, o Supremo pode não nomear. Eu acho que o Presidente ter maioria na Câmara, no Senado e no Supremo é um golpe do Estado Democrático.



Hélio Bicudo no escritório de sua residência

O assédio moral é uma realidade no Judiciário, atribui-se como causa a postura do Juiz como uma pessoa inatingível...

HB – Eu acho que é por aí mesmo. Não tem o menor sentido a maneira que os juizes atuam hoje em relação aos advogados e as partes. Você vai a uma audiência, o juiz fica lá em cima e você fica lá embaixo. Ele está mostrando exatamente a diferença que existe entre ele e você.

O senhor teria alguma proposta para mudar essa relação do juiz encastelado?

HB – No iluminismo, quando o promotor deixou de ser agente do rei e passou a ser agente público, o Ministério Público passou a ocupar o mesmo lugar que os magistrados. Se você quer, realmente, acabar com essa posição de acima do mal e do bem por parte dos juízes, você tem que colocar todos no mesmo lugar, juiz, advogado, Ministério Público e partes.

Leia a íntegra em www.sintrajud.org.br.

Cresce solidariedade de classe ao Haiti. Conlutas intensifica campanha

Com mais de 200 mil mortos, o Haiti precisa de ajuda da classe trabalhadora de todo país

A marcha em solidariedade ao Haiti realizada no Fórum Social Mundial, em Salvador, no último dia 29, reuniu cerca de 800 pessoas. Muitas faixas, bandeiras e palavras de ordem denunciavam a ocupação militar naquele país, além de defender a necessidade de uma campanha imediata de solidariedade ao povo haitiano – a Conlutas já vem realizando essa campanha juntamente com suas entidades afiliadas (Veja como contribuir no quadro ao lado).

"Uma das diferenças da campanha realizada pelos movimentos e entidades presentes na marcha é o direcionamento da campanha de solidariedade aos movimentos dos trabalhadores e movimentos sociais do Haiti, que além de garantir a sobrevivência de companheiros, precisam reerguer suas entidades e organizações para enfrentar a dura luta que se dá no Haiti", ressaltou a professora Deyse de Oliveira, que faz parte do GT de Negros da Conlutas e que esteve no ano passado naquele país.

A marcha foi organizada pela Conlutas, Intersindical, Consulta Popular, MST, MTST, PSTU, P-SOl e outras organizações políticas, entidades do movimento popular e movimento negro, como o Ciclo Palmarino e Quilombo Raça e Classe.

Para o diretor do Sintrajud Cleber Aguiar, neste momento o governo brasileiro deveria enviar agentes de saúde e liberar mais recursos para ajudar a reconstrução daquele país. "Mas infelizmente só o que se vê são ações para dobrar o número de soldados brasileiros no Haiti. Entretanto, o que o povo de lá precisa é de solidariedade e não de ocupação militar", ressaltou.

O Sintrajud está na campanha em solidariedade ao Haiti e conta com o apoio dos servidores para ampliar o movimento.

Metalúrgicos de São José fazem campanha para desconto de 1% do salário em prol do Haiti

O Sindicato dos Metalúrgicos de São José dos Campos, filiado à Conlutas, inicia na próxima semana uma campanha com os trabalhadores da categoria para doação de 1% de seus salários para o povo haitiano. O dinheiro arrecadado será usado para reconstrução das organizações operárias e ajuda direta aos trabalhadores.

O dinheiro será enviado, em caráter de solidariedade de classe, à central sindical e popular do Haiti, Batay Ouvriey (Batalha Operária). A campanha do Sindicato acontece simultaneamente à realizada pela Conlutas, também em favor da classe trabalhadora.

Outras categorias também estão em campanha e irão enviar o montante arrecadado para a central Batay Ouvriey.



Paulo Oliveira

Marcha em Salvador em solidariedade ao Haiti

Banco do Brasil
Favorecido
Coordenação Haiti
Agência: 4223-4
Conta: 8844-7

Plenária define data do Congresso de Unificação da Conlutas, Intersindical e outras entidades

A Plenária da Coordenação Pró-Central realizada no último sábado, dia 30, no Fórum Social Mundial, em Salvador, discutiu os critérios para a preparação do Congresso de Unificação e aprovou um manifesto nacional: "Organizar a resistência dos trabalhadores e movimentos sociais".

Os participantes aprovaram também a data do Congresso: dias 5 e 6 de junho deste ano. Também foi reforçada a importância da campanha de solidariedade de raça e classista às organizações e movimentos sociais do Haiti. A Conlutas anunciou que sua arrecadação já atingiu mais de R$ 100 mil e clamou para que todas as entidades façam um esforço para ampliar as doações.

Durante a plenária, o Movimento Terra Livre denunciou a situação de calamidade vivida pela população da periferia em São Paulo com as enchentes provocadas pelas chuvas que já duram um mês. De acordo com o movimento a situação de calamidade se deve à abertura das barragens na região o que provocou os alagamentos. "A inundação não teve causa natural, ocorreu por ação do governo Serra. Entre os dias 8 e 10 de dezembro de 2009 as comportas da barragem da Penha foram fechadas inundando com esgoto todas as Vilas acima da barragem, atingindo cerca de 5 mil famílias".

Na mesa de abertura estavam representantes da Conlutas, da Unidos pra Lutar (Conlutas), da Intersindical, do MTL e do MTST.

Para a diretora do Sintrajud Ana Luiza Figueiredo, que participou da plenária, está claro a necessidade de se redobrar os esforços para fazer avançar a organização das trabalhadoras e trabalhadores em nosso país para construir uma entidade forte e de luta que una todos trabalhadores de luta dispostos a construir uma nova sociedade no país.

Congresso de unificação – A plenária aprovou um calendário para o Congresso de Unificação e os critérios para eleição de delegados. O cronograma já traz o prazo para a inscrição de teses: 15 de março de 2010. As assembleias para eleição de delegados deverão acontecer de 1 de abril a 15 de maio, sendo o dia 20 de maio o prazo para o pagamento das taxas e inscrição dos delegados. O congresso foi reafirmado para os dias 5 e 6 de junho deste ano. No início da semana serão divulgados os critérios de participação na página da Conlutas e do Sintrajud.



Paulo Oliveira

Plenária sobre a Unificação das Centrais Sindicais em Salvador

Jornal do Judiciário
Órgão Oficial do Sindicato dos Trabalhadores do Judiciário Federal no Estado de São Paulo

DIRETORIA: Ana Luiza de Figueiredo Gomes; Ana Maria Fevereiro; Antonio Carlos Correia; Antonio dos Anjos Melquiades; Cláudio Soares Correa; Cleber Borges de Aguiar; Démerson Parreira Galvão Dias; Eliseu da Silva Trindade; Erlon Sampaio de Almeida; Inês Leal de Castro; Jorge Costa; Leica Cláudio Silva; Luis Fernando Pasin; Maria Angélica Olivieri; Maria Cecília Pereira; Marcelo Penna Kagaia; José Carlos Sanches.

Sede: Rua Antonio de Godoy, 88/16º - São Paulo/SP - CEP 01034-000 - tel. (11) 3222 5833 - fax 3225 0608 - e-mail: sintrajud@sintrajud.org.br / **Subsede Baixada Santista:** R. Proost de Souza, 35 - Santos/SP - cep 11040-090 - e-mail: sintrajudsantos @uol.com.br - tel. (13) 3238 3807 / **Subsede Barra Funda:** R. Marquês de São Vicente, 235 - 19º and. - Bl. B - B. Funda/SP - cep 01139-001 - e-mail: subbarrafunda@sintrajud.org.br - tel. (11) 3392 3728 / 3525 9672 **Editora:** Jocilene Chagas **Jornalistas:** Adriana Delorenzo e Carlos Eduardo Batista **Colaborador:** Hélcio Duarte Filho **Diagramador:** Daniel Oliveira **Tiragem:** 13.000